

**ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA DEZANOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E TREZE** -----

Aos dezanove dias do mês de abril de dois mil e treze, reuniu pelas vinte e uma horas na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

**-----ORDEM DO DIA:-----**

**1. Expediente**-----

**2. Ata** -----

**3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

a) Prestação de contas de 2012;-----

b) 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos 2013/2016;-----

c) 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita 2013; -----

d) Alteração ao Regulamento Municipal de Abastecimento de Água de Santiago do Cacém; -----

e) Alteração ao Regulamento Municipal de Drenagem de Águas Residuais de Santiago do Cacém; -----

f) Alteração ao Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos, Limpeza e Higiene Urbana de Santiago do Cacém; -----

g) Imputação ao Município das despesas com pessoal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL);-----

h) Imputação ao Município das despesas com pessoal da Associação dos Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente (AMAGRA);-----

i) Imputação ao Município das despesas com pessoal da Associação dos Municípios da Região de Setúbal (AMRS);-----

**4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA** -----

**Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros:** Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Nuno Miguel da Silva Francisco, José Manuel Guerreiro Neves, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Joaquim António Gamito, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, Sandra Maria Brás Coelho, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, Rui Estevam de Matos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Alberto Manuel Sousa Dias de Brito, Helder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. -----

**Não compareceram os membros:** Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Dulce das Candeias P. Rito Almeida, António João Antunes Isidoro, João Saraiva de Carvalho, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Rui Manuel C. Madeira dos Santos e Joaquim António Gonçalves. -----

-----  
**Verificou-se ainda a presença** do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Proença, e dos Senhores Vereadores Margarida Santos, Arnaldo Frade, José Rosado, Óscar Ramos, Álvaro Beijinha e Carlos Pereira Dias.-----

-----  
**Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:**-----

-----  
**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA**-----

A Senhora Presidente informou que os senhores Luís de Assis Silva do Ó e Maria Dulce das Candeias Rito Almeida eleitos do PS, se faziam substituir na presente sessão pelos eleitos que se seguem na mesma lista, senhores **José Joaquim Pinheiro e Francisco Maria Carrajola de Sousa**, assim como o Senhor João Saraiva de Carvalho, eleito da CDU, se fazia substituir pelo **Senhor Joaquim Maria** que se segue na mesma lista, conforme o disposto no artigo 78º da Lei nº 169/99, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

-----  
**ENCERRAMENTO DE ESTAÇÕES DOS CTT NO MUNICÍPIO** -----

Interveio o Senhor Alberto de Brito, eleito do PS, referindo que já havia alguns anos que os CTT tentavam passar os seus serviços para as juntas de freguesia, em Ermidas e noutras localidades, o que nunca aconteceu por se tratar de um negócio ruinoso para as juntas de freguesia. Acrescentou que nos últimos tempos, com a perspetiva de privatização daqueles serviços, voltaram a insistir no assunto. -----

Mais informou que no dia anterior à data da presente sessão, teve lugar uma reunião com a Administração dos CTT, o Vice-Presidente da Câmara Municipal e os presidentes das juntas de freguesia de Alvalade, Ermidas e Cercal do Alentejo cujas estações estão em causa, tendo aquela Administração se mostrado irredutível, não atendendo aos argumentos dos autarcas sobre a importância daquele serviço público e a forte ligação existente entre a população e os CTT, colocando em causa a privacidade dos cidadãos com a transferência daquele serviço para um balcão privado.-----

Referiu também que lhes foi transmitido pela Administração dos CTT que, no caso de não encontrarem um parceiro privado disponível para aceitar o serviço, irão recorrer a uma carrinha, a qual se deslocará, uma vez por semana, às localidades para prestar o serviço.-----

Referiu ainda estar muito preocupado com esta situação, informando que a Junta de Freguesia fez um comunicado à população sobre o assunto e promoveu um abaixo-assinado junto da mesma, para que as pessoas possam transmitir o seu descontentamento por mais um serviço público que lhes querem retirar. -----

-----  
**MOÇÃO SOBRE O ENCERRAMENTO DE ESTAÇÕES DO CTT NO MUNICÍPIO**-----

Pelo Senhor Sérgio Santiago, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de moção:-----

-----  
**“MOÇÃO** -----

**Contra o encerramento da Estação de Correios de Alvalade, Cercal do Alentejo Ermidas Sado**-----

**Os utentes das estações de correios de Alvalade, Cercal do Alentejo e Ermidas Sado, estruturas pertencentes aos CTT – Correios de Portugal S.A., irão ser**

afetadas por uma decisão da administração desta Empresa Pública, com o encerramento de serviço postal universal.-----

Esta é uma decisão gravosa que vai eliminar serviços públicos de proximidade, essenciais para as populações, de forma muito especial para milhares de reformados, pensionistas e empresas, que tinham aí como oferta um serviço postal com qualidade, idoneidade e confiança.-----

Por este injustificado encerramento, os utentes não têm uma alternativa que seja considerada viável para ter acesso a este, que é o único serviço postal público.-----

Esta medida promotora da assimetria cada vez maior entre o interior e o litoral, não se coaduna com o desenvolvimento pretendido pelos autarcas e populações que defendem este serviço nas suas freguesias e municípios.-----

É ainda de salientar que o serviço público de Correios existe há cerca de 500 anos, e que constitui parte do património e história de vida destas populações.-----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 19 de abril de 2013, delibera:-----

. Repudiar o encerramento das estações públicas de correio do Município de Santiago do Cacém. -----

. Solicitar ao Governo Português a suspensão imediata desta medida.”-----

A Senhora Presidente colocou a proposta de moção para discussão, começando por conceder a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, Álvaro Beijinha, com competências delegadas nesta matéria, o qual referiu que, conforme o que tinha sido relatado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ermidas Sado, Alberto de Brito, já tinham sido feitas outras tentativas de encerramento das estações dos CTT, em dois mil e três, dois mil e nove e dois mil e onze, não concretizadas, ao contrário do que aconteceu agora, em Alvalade, onde a estação dos CTT já foi encerrada, sem que tenha sido dado conhecimento prévio às autarquias, e está previsto o encerramento da estação dos CTT de Cercal do Alentejo e de Ermidas-Sado, o que só ainda não aconteceu porque a Administração dos CTT não encontrou um parceiro privado a quem passar o serviço. -----

Mais referiu que a Administração dos CTT tinha reconhecido que o processo foi mal conduzido, sem contudo admitir recuar com o mesmo. Acrescentou que foi transmitido à Administração dos CTT que os eleitos e as populações não iriam aceitar esta medida, e que iriam pedir uma reunião urgente ao secretário de Estado dos Transportes e Obras públicas, para apresentarem este assunto, estando também a ser equacionada a possibilidade de se avançar para o Tribunal com uma providência cautelar.-----

Informou ainda que na reunião referida, solicitada pela Câmara Municipal, foi transmitido pela Senhora Administradora dos CTT que esta decisão resultava da orientação do Governo para reestruturação da empresa no sentido da sua privatização. -- Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

## **MOÇÃO SOBRE O TRIGÉSSIMO NONO ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL DE 1974**-----

**Pelo Senhor Daniel Silvério, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:**-----

### **“MOÇÃO**-----

**----- 39º Aniversário da Revolução do 25 de abril de 1974 -----**

**No dia 25 de Abril de 1974, há 39 anos, iniciava-se a Revolução dos Cravos, a Revolução da Liberdade.**-----

Neste dia, através da rutura com a ditadura fascista, e interpretando os desejos acumulados durante muitas décadas pelo povo português, iniciou-se um processo de democracia e cidadania que ficou consagrado na Constituição da República Portuguesa. Na Constituição de abril estão consagrados os pilares fundamentais do Estado de Direito: o Serviço Nacional de Saúde, a escola pública, a instituição da Segurança Social pública universal e solidária, o direito universal à educação, à cultura, o direito de expressão e informação, a liberdade de imprensa e meios de comunicação social, de reunião e de manifestação, de associação, de criação de partidos políticos, a liberdade sindical, os direitos das associações sindicais, o direito à contratação coletiva, à greve e proibição de lock-out, o direito ao trabalho, os direitos dos trabalhadores – dignificação dos salários, dos vínculos, das condições de trabalho, a remuneração das férias, o subsídio de férias, e o subsídio de Natal – e o poder local de direito democrático assente no princípio fundamental da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública.-----

Urge viver abril. Num tempo pleno de angústias e ameaças, onde a coberto do pacto de agressão firmado com a troika, se coloca em marcha o mais violento ataque ao regime democrático que a Revolução dos Cravos fundou e a Constituição de abril consagrou, onde Portugal enfrenta sérias ameaças à sua soberania e independência nacional, é mais do que nunca necessário afirmar que a solução para os problemas que o povo português está confrontado está nos princípios e valores fundadores da Revolução dos Cravos e nunca no seu retrocesso ou, menos ainda, na sua destruição. -----

Comemorar o espírito inteiro de abril, é por isso, nos dias que correm, um ato de festa, de respeito pelo exemplo de dignidade de todos os que lutaram, mesmo com o sacrifício da própria vida, para que aquela manhã fosse um dia possível, de homenagem aos capitães de abril pela sua coragem e determinação, mas também um ato de resistência e de luta, contra a resignação e o medo, e uma afirmação de esperança no futuro e de confiança que hoje, como no passado, as forças do Portugal democrático e progressista serão mais fortes que o obscurantismo e o empobrecimento.-----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida no dia 19 de abril de 2013, apela às populações, aos trabalhadores e à juventude para que transformem as comemorações populares do 25 de Abril nas nossas localidades e a iniciativa no dia 1º de maio, no Parque Central e Vila Nova de Santo André em grandes ações de exigência pela rutura que o país precisa e pela afirmação de um Portugal Soberano, Livre e Democrático, ao serviço do seu povo.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----  
Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.-----

#### **ESCLARECIMENTO SOBRE A FORMA DE ELEIÇÃO DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIMAL**-----

A Senhora Presidente informou sobre esta questão que fora levantada nas últimas duas sessões da Assembleia Municipal pelo Senhor Hugo Ferreira, eleito do PS, referindo que, de acordo com um parecer da DGAL sobre o assunto, “A substituição dos membros das assembleias intermunicipais processa-se mediante a realização de nova eleição na assembleia municipal de origem dos membros em causa”,

acrescentando que o mesmo ia de encontro ao procedimento adotado na Assembleia Municipal.-----

O Senhor Hugo Ferreira referiu que não ia levantar mais questões sobre o assunto, embora o procedimento não lhe parecesse correto, dado que, caso a saída de um membro da Assembleia Intermunicipal se verificasse perto da data de uma reunião, obrigaria a uma sessão da Assembleia Municipal para eleição de um eleito para o substituir.-----

Voltou a colocar a questão relativa à possibilidade dos presidentes das juntas de freguesia serem ou não eleitos para a Assembleia Intermunicipal, tendo em conta que se verificaram procedimentos divergentes em municípios que fazem parte da CIMAL. ----

A Senhora Presidente referiu que este assunto deverá merecer uma análise no âmbito do Regimento da Assembleia Intermunicipal da CIMAL. -----

#### -----ORDEM DO DIA:-----

##### **1. Expediente**-----

A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, desde o mês de fevereiro até ao dia dezoito do mês abril de dois mil e treze.\* -----

\* Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

##### **2. Ata**-----

A Senhora Presidente colocou para discussão a **Ata nº 01**, da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, **de 22 de fevereiro de 2013**.-----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, tendo a mesma sido **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor e quatro abstenções, dos senhores Maria da Conceição Pinela, Nuno Miguel da Silva Francisco, Joaquim Maria, e Hélder Pereira Nunes, por não terem estado presentes.-----

##### **3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

###### **--- a) Prestação de contas de 2012;**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: Um** – Aprovar os Documentos de Prestação de Contas (Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão relativos a 2012, elaborados nos termos previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Publicado em anexo ao Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro.\*-----

**Dois** – Excluem-se do referido no ponto 1 os seguintes documentos: -----

**a)** Mapas de subsídios obtidos por não ter havido nenhum recebimento classificado como subsídio. -----

**b)** Mapas de ativo de rendimento fixo e variável por não ter havido nenhum destes tipos de rendimentos no exercício. -----

**c)** Norma de controlo interno. Contudo, embora de forma não sistemática existem um conjunto de regras de funcionamento designadamente ao nível da tesouraria, do Fundo de Maneio (existe regulamento aprovado), das compras, do armazém, do controlo do imobilizado, que têm permitido a implementação do novo sistema contabilístico. -----

**FUNDAMENTOS: Um** – Conforme o disposto na alínea e) do nº. 2 do artigo nº.64 da Lei 169/99, de 18 setembro, na redação da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

**Dois** – De acordo com o capítulo III (notas técnicas) da resolução nº. 4/2001 - 2ª. Secção publicada no D.R. nº. 191, de 18 de agosto, II Série.” -----

\*documentos que são dados como reproduzidos na presente ata com o número cinco, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricados pelos membros da Mesa. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ainda que o ano de dois mil e doze tinha ficado marcado por um conjunto de indicadores económicos evidenciados nos documentos em apreço e por alguns fatores importantes da atividade autárquica, nomeadamente o processo que envolveu os órgãos municipais e das juntas de freguesia, o qual deveria ser de uma efetiva reorganização administrativa do País, mas que se traduziu na extinção de freguesias contra os pareceres dos órgãos autárquicos, a redução das transferências de verbas para as autarquias, as reuniões sobre o novo Mapa Judiciário, a suspensão das obras no IP8/A26 e respetivas acessibilidades e as diligências efetuadas no sentido do seu recomeço, as intervenções da Câmara Municipal e freguesias junto da ANACOM e PT, para correção de falhas nas emissões da Televisão Digital Terrestre – TDT, no Município, outras intervenções no âmbito do Turismo do Alentejo Litoral, nas diversas questões da Saúde no Município, reunindo para o efeito com a Administração Regional de Saúde e insistindo com a empresa rodoviária no sentido de assegurar o transporte dos utentes até à entrada principal do Hospital do Litoral Alentejano. -----

Salientou também o processo de acreditação do Laboratório Municipal e a sua importância para a Saúde Pública, a concretização da ETAR das Ademas, o reforço dos ecopontos, o apoio na instalação da Academia de Artes e Saberes, na Cidade de Vila Nova de Santo André, as grandes obras de requalificação urbana na Cidade de Vila Nova de Santo André, as obras nas instalações municipais da ZIL de Santiago do Cacém, entre outras, informando também sobre a obra em curso na EM 550 e as vicissitudes do processo, as quais começaram com a falência da empresa a quem a mesma foi inicialmente adjudicada. -----

Mais referiu que se verificou uma redução de cerca de 6,4% na receita, relativamente ao exercício anterior, resultante sobretudo da redução da Derrama em 37% e da diminuição de 26% da receita de capital relativa a transferências de comparticipação dos fundos comunitários nos projetos candidatados no âmbito do QREN, sendo que o nível de execução da receita se situou nos 67,62%, o que se traduz numa evolução positiva relativamente ao exercício do ano anterior, enquanto a taxa de execução da despesa se situou em 67,22%. -----

Acrescentou que mais de metade do valor da despesa (62%) incidiu nas funções sociais, nomeadamente na Educação, Ação Social, Cultura e Desporto, informando que foram servidas mil e trezentas refeições por dia nas escolas do Município e que aumentou o número de alunos carenciados em mais de cinquenta por cento.-----

Referiu ainda que se verificou uma redução da despesa com o pessoal relativamente a salários e ajudas de custo, na ordem dos 7,5%, enquanto subiram os encargos para a Segurança Social, impostos pela Administração Central. -----

Concluiu, referindo que a estrutura da receita e despesa continua muito dependente das transferências do Orçamento de Estado, considerando de grande relevância na atividade municipal a disponibilidade dos trabalhadores ao serviço do Município na concretização do trabalho desenvolvido, apesar de todo um conjunto de direitos que lhes têm vindo a ser retirados por parte do Governo.-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----  
Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, dos eleitos da CDU senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Manuel Guerreiro Neves, Nuno Miguel da Silva Francisco, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Joaquim Maria, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos.-----

Cinco votos contra de eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, José Joaquim Pinheiro e Francisco Maria Carrajola de Sousa.-----

Quatro abstenções, sendo duas dos eleitos do PSD, senhores Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, uma de um eleito do PS, Senhor Alberto Manuel Sousa Dias de Brito, e outra do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves de Barbosa Castro Roque.-----

**JUSTIFICAÇÕES DE VOTO:** Pelos eleitos do PS, foi subscrita a declaração de voto apresentada pelos Vereadores do PS, em reunião da Câmara Municipal, que a seguir se transcreve: “**MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACEM - PRESTAÇÃO DE CONTAS 2012.**-----

Na sequência da apresentação por parte da maioria municipal dos documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2012 para apreciação e votação, como habitualmente, efetuámos uma análise aos aspetos positivos e negativos que no nosso entendimento merecem relevo.-----

No que respeita aos **Aspetos positivos:** -----  
- Apesar de ser extremamente difícil encontrar algum aspeto positivo no documento ora analisado, defeito que não é só nosso como facilmente se comprova pela leitura do relatório de gestão, poderemos apontar a redução da dívida a terceiros de curto prazo em 1,3M€ como o aspeto mais positivo do ano de 2012;-----

Relativamente aos **Aspetos negativos:** -----  
Quanto: -----

- Ao *Princípio do equilíbrio orçamental* – Constata-se a violação deste princípio basilar do POCAL, já que a despesa corrente foi superior à receita corrente, em cerca de 965 mil euros.-----

- À *Execução orçamental* – Tanto na despesa como na receita situou-se nos 67%, demonstrando aquilo para que alertámos aquando da aprovação do orçamento para o ano de 2012, nomeadamente, o facto de este se apresentar extremamente empolado. Verifica-se agora que o empolamento é de cerca de um terço.-----

- À *Receita* – Quedou-se pelos 25M€, quando estava previsto o valor de 37M€. Os grandes erros de previsão foram nas rubricas de venda de bens e serviços correntes e venda de bens de investimentos. Na primeira rubrica estava previsto arrecadar 5,8M€ e arrecadaram-se 2,8M€, na segunda estava previsto 2,7M€ e que se ficaram pelos 0,7M€. Estamos a falar de previsões que fazem lembrar aquelas que o Ministro Vítor Gaspar nos tem habituado em matéria de finanças públicas.-----

- À *Dívida de curto prazo a terceiros* – diminui 1,3 milhões de euros. Apesar desta diminuição, a dívida de curto prazo ainda se situa em mais de 6 MILHÕES DE EUROS

que continuam a ser valores manifestamente exagerados com o que daí advém como consequência para a atividade empresarial e diminuição do emprego. -----

- À execução do PPI, ela ficou muito aquém do previsto, nomeadamente em pontos que eram bandeiras da maioria CDU, dos quais destacamos pela sua baixa ou inexistente execução: -----

- A Construção/Extensão de Redes de Drenagem Pluvial;-----

- A Conservação de Redes Gerais de Esgotos;-----

- A Reabilitação da EEAR da Rua Aldegalega, no Cercal; -----

- A Requalificação Urbana da Av. D. Nuno Álvares Pereira; -----

- Os Arranjos exteriores da Praça D. Manuel I;-----

- Os Arruamento da Rua do Monte da Rocha;-----

- A Variante de Miróbriga (EM550);-----

- A Pavimentação na EN 526-1. -----

A grande herança que a atual maioria e o presidente, em final de Ciclo, deixam a Santiago do Cacém, são os buracos:-----

- O buraco financeiro com a dívida total a atingir os quase 20 milhões de euros; -----

- Os buracos na maioria das nossas estradas e; -----

- Os buracos que se consubstanciam num conjunto alargado de promessas nunca cumpridas apesar de anos e mandatos a fio de gestão municipal em maioria. -----

Atendendo ao exposto, em coerência, não podemos senão votar contra a prestação de contas de 2012.”-----

**Pelo Senhor Jaime Pires de Cáceres, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte:” DECLARAÇÃO DE VOTO -----**

Tendo em conta que:-----

1. O enorme agravamento da situação económica e social do País, decorrente da aplicação das medidas previstas no memorando de entendimento com FMI/UE/BCE, subscrito pelo Partido Socialista com o apoio do PSD e CDS-PP e levado à prática pelo atual Governo, definiu o quadro em que se desenvolveu a atividade autárquica no ano de 2012; -----

2. As políticas aplicadas traduziram-se num ataque sem precedentes às condições do exercício do Poder Local, nomeadamente à sua autonomia, através do não cumprimento da Lei de Finanças Locais e de inúmeras imposições financeiras. Refletiram-se igualmente na obrigatoriedade de redução de recursos humanos, na reorganização de serviços bem como na perda de direitos laborais; -----

3. As políticas aplicadas tiveram implicações na falência de empresas de construção civil com consequências no decurso de algumas das obras, provocando o seu atraso e a correspondente baixa execução da despesa. São disto exemplo, a requalificação dos Bairros da Atalaia, Pôr do Sol e Azul em Vila Nova de Santo André e a Estrada Municipal 550/Acolhimento a Miróbriga em Santiago do Cacém; -----

4. Apesar da ofensiva, o Município de Santiago do Cacém manteve a orientação de prosseguir e concluir os investimentos já iniciados, respondendo às aspirações das populações. As obras incluídas no Plano Integrado de Qualificação Urbana de Vila Nova de Santo André, nomeadamente a construção da rede ciclável, a instalação de ecopontos, a sede da Academia Sénior de Artes e Saberes, a qualificação de S. Francisco da Serra, a ETAR das Ademas, a intervenção no Loteamento da Avenida em Alvalade, bem como a acreditação do Laboratório de Águas Municipal, são disso exemplo; -----

5. O agravamento da situação social e económica das famílias levou a que o Município intensificasse a execução nas suas funções sociais, nomeadamente reforçando a ação social escolar, através do aumento de auxílios económicos e refeições escolares, bem



como assegurando os transportes escolares e a atribuição de bolsas de estudo para o ensino superior;-----

6. Apesar dos constrangimentos, o Município manteve em pleno funcionamento o conjunto de equipamentos culturais e desportivos que disponibiliza às populações, assim como o apoio financeiro e logístico a estruturas associativas;-----

7. No conjunto, as despesas do Município em funções sociais constituíram 62% do total da despesa realizada em A.M.R e P.P.I. no ano de 2012;-----

8. Também a preocupação com a melhoria das condições de trabalho traduziu-se na concretização de obras em instalações operativas municipais (Z.I.L. de Santiago do Cacém), na aquisição de vestuário e equipamento de proteção para os seus trabalhadores e na atualização informática, entre outras.-----

9. No exercício em 2012, verificou-se ainda uma redução do endividamento nos empréstimos de médio e longo prazo num montante de 0,7 milhões de euros e das dívidas de curto prazo num montante de cerca de 1,3 milhões de euros, situando-se o endividamento municipal nos 18,8 milhões de euros.-----

Apesar de todas as dificuldades, a gestão da CDU manteve o rumo traçado de apoio às populações, realizando obras e ações relevantes para a melhoria das suas condições de vida e foi sempre a voz das reivindicações das populações junto do Poder Central.-----  
Por estas razões, os eleitos da CDU votam favoravelmente os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2012.”-----

-----  
--- **b) 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos 2013/2016;**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar a Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos Dois Mil e Treze Dois Mil e Dezasseis.\*-----

**FUNDAMENTOS:** 1. De acordo com o ponto 8.3.2. do POCAL-Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de fevereiro.-----

2. Conforme o disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

\* documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número seis, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão.-----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Manuel Guerreiro Neves, Nuno Miguel da Silva Francisco, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Joaquim Maria, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos.-----

Nove abstenções, sendo seis dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Alberto Manuel Sousa Dias de Brito, José Joaquim Pinheiro e Francisco Maria Carrajola de Sousa, duas dos eleitos do PSD, senhores Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, e uma do eleito do BE, senhor Francisco José Alves de Barbosa Castro Roque.”-----

--- **c) 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita 2013;**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar a Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de Dois Mil e Treze.\* -----

**FUNDAMENTOS: 1.** De acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL-Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de fevereiro. -----

**2.** Conforme o disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.”-----

\* documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número sete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Manuel Guerreiro Neves, Nuno Miguel da Silva Francisco, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Joaquim Maria, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos.-----

Nove abstenções, sendo seis dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Alberto Manuel Sousa Dias de Brito, José Joaquim Pinheiro e Francisco Maria Carrajola de Sousa, duas dos eleitos do PSD, senhores Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, e uma do eleito do BE, senhor Francisco José Alves de Barbosa Castro Roque.” -----

-----  
--- **d) Alteração ao Regulamento Municipal de Abastecimento de Água de Santiago do Cacém;** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar a Alteração ao Regulamento Municipal de Abastecimento de Água de Santiago do Cacém.\* -----

**FUNDAMENTOS: 1** - O Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto e a Portaria n.º 34/2011 de 13 de janeiro vieram revelar a necessidade de adequar o Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos, Limpeza e Higiene Urbana de Santiago do Cacém, atendendo especialmente às exigências de funcionamento dos serviços do Município de Santiago do Cacém, às condicionantes técnicas no exercício da sua atividade e às necessidades dos utilizadores. -----

**2** – Atender às questões consideradas pertinentes do parecer da ERSAR de 28 de maio de 2012 da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, e que visam a melhoria do serviço público prestado. -----

**3** – Atendendo à conjuntura económica atual prever a tarifários familiares e sociais. -----

**4** – O período de consulta pública ter terminado e não terem sido apresentadas críticas, observações, reclamações e/ou sugestões.” -----

\* documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número oito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador José Rosado, com competências delegadas nesta matéria, o qual deu algumas informações complementares sobre o processo desenvolvido para construir as alterações propostas, referindo que foram ouvidos vários munícipes e entidades e que se tentou ir ao encontro das preocupações colocadas. -----

Acrescentou que as alterações à regulamentação existente resultava de um imperativo da lei e que se traduzia numa crescente pressão no sentido da redução do défice dos sistemas, tendo sido objeto de uma profunda discussão interna na Câmara Municipal, de forma a cumprir os objetivos propostos, tendo em conta a atual conjuntura económica e social e consequentes dificuldades dos consumidores. -----

Mais informou que se tratava de um processo muito burocrático que obrigava a vários procedimentos no tempo, pelo que, só no mês junho é que as alterações agora propostas seriam aplicadas, não sendo também possível neste momento traduzir em valores o resultado dos índices, os quais terão ainda que ser aprovados pela Câmara Municipal. Contudo, acrescentou que haverá reduções em todas as componentes, sendo que nas tarifas fixas para os consumidores domésticos e dos setores do comércio e serviços, a redução será de vinte e cinco por cento e na tarifa variável de águas residuais será de cinquenta por cento, tendo também sido revista a questão do quinto escalão relativo à recolha de resíduos sólidos, aplicado aos setores do comércio e serviços, e que para as entidades sem fins lucrativos acrescia às reduções referidas mais noventa por cento em todas as tarifas variáveis, tendo ainda sido consideradas duas tarifas especiais para os agregados familiares numerosos e com baixos rendimentos, os quais irão ver a sua fatura reduzida em mais cinquenta por cento, e que as tarifas a cobrar aos organismos do estado e às freguesias não sofreram alterações. -----

Informou ainda que os consumidores no Município são cerca de doze mil quatrocentos e dezoito. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, eleito do PS, referindo que tinha havido muitas queixas e até um abaixo-assinado contra as tarifas aprovadas no Regulamento em vigor, questionando se as alterações em apreço iam ao encontro das questões levantadas pelos munícipes. -----

O Senhor Vereador José Rosado informou que foi feita uma análise exaustiva da situação pelos Serviços, na qual foram tidas em conta as questões levantadas pelos munícipes, no sentido das mesmas poderem ser contempladas na alteração em discussão. -----

Interveio o Senhor Jaime António Pires de Cáceres, em representação dos eleitos da CDU, no sentido de reconhecer o trabalho e a humildade do Executivo Municipal na correção dos erros detetados nos documentos em apreço, felicitando a Câmara Municipal, em especial a Maioria, pela postura assumida. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Manuel Guerreiro Neves, Nuno Miguel da Silva Francisco, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Joaquim Maria, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Helder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e

Fernando Gonçalves dos Santos, e dois dos eleitos do PSD, senhores Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela. -----  
Sete abstenções, sendo seis dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Alberto Manuel Sousa Dias de Brito, José Joaquim Pinheiro e Francisco Maria Carrajola de Sousa, e uma do eleito do BE, senhor Francisco José Alves de Barbosa Castro Roque.”-  
-----

---- **e) Alteração ao Regulamento Municipal de Drenagem de Águas Residuais de Santiago do Cacém;** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar a Alteração ao Regulamento Municipal de Drenagem de Águas Residuais de Santiago do Cacém.\* -----

**FUNDAMENTOS: 1** - O Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto e a Portaria n.º 34/2011 de 13 de janeiro vieram revelar a necessidade de adequar o Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos, Limpeza e Higiene Urbana de Santiago do Cacém, atendendo especialmente às exigências de funcionamento dos serviços do Município de Santiago do Cacém, às condicionantes técnicas no exercício da sua atividade e às necessidades dos utilizadores. -----

**2** – Atender às questões consideradas pertinentes do parecer da ERSAR de 28 de maio de 2012 da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, e que visam a melhoria do serviço público prestado. -----

**3** – Atendendo à conjuntura económica atual prever a tarifários familiares e sociais. -----

**4** – O período de consulta pública ter terminado e não terem sido apresentadas críticas, observações, reclamações e/ou sugestões.” -----

\* documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número nove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador José Rosado, com competências delegadas nesta matéria, o qual deu algumas informações complementares sobre as alterações propostas. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Manuel Guerreiro Neves, Nuno Miguel da Silva Francisco, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Joaquim Maria, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e dois dos eleitos do PSD, senhores Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela. -----

Sete abstenções, sendo seis dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Alberto Manuel Sousa Dias de Brito, José Joaquim Pinheiro e Francisco Maria Carrajola de Sousa, e uma do eleito do BE, senhor Francisco José Alves de Barbosa Castro Roque.”-  
-----

---- **f) Alteração ao Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos, Limpeza e Higiene Urbana de Santiago do Cacém;** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar a Alteração ao Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos, Limpeza e Higiene Urbana de Santiago do Cacém.\*-----

**FUNDAMENTOS: 1** - O Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto e a Portaria n.º 34/2011 de 13 de janeiro vieram revelar a necessidade de adequar o Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos, Limpeza e Higiene Urbana de Santiago do Cacém, atendendo especialmente às exigências de funcionamento dos serviços do Município de Santiago do Cacém, às condicionantes técnicas no exercício da sua atividade e às necessidades dos utilizadores.-----

**2** – Atender às questões consideradas pertinentes dos pareceres da ERSAR de 04 de março de 2013 e de 28 de maio de 2012 da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, e que visam a melhoria do serviço público prestado. -----

**3** – Atendendo à conjuntura económica atual prever a tarifários familiares e sociais. -----

**4** – O período de consulta pública ter terminado e não terem sido apresentadas críticas, observações, reclamações e/ou sugestões.-----

\* documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número dez, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador José Rosado, com competências delegadas nesta matéria, o qual deu algumas informações complementares sobre as alterações propostas.-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Manuel Guerreiro Neves, Nuno Miguel da Silva Francisco, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Joaquim Maria, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Helder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e dois dos eleitos do PSD, senhores Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela. -----

Sete abstenções, sendo seis dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Alberto Manuel Sousa Dias de Brito, José Joaquim Pinheiro e Francisco Maria Carrajola de Sousa, e uma do eleito do BE, senhor Francisco José Alves de Barbosa Castro Roque.”-----

-----  
**--- g) Imputação ao Município das despesas com pessoal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL);**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar a imputação, da parte correspondente ao Município de Santiago do Cacém, das despesas com pessoal da CIMAL para o ano 2013, no montante de 65.682,80€ (Sessenta e cinco mil seiscientos e oitenta e dois euros e oitenta centésimos), equivalente a um quinto do total, de acordo com as deliberações dos órgãos da CIMAL. -----

**FUNDAMENTOS:** Nos termos do n.º 2 do Artigo 22 da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto.”-----

A senhora Presidente colocou a proposta para discussão.-----

Interveio o Senhor Hugo Ferreira, questionando se havia algum acréscimo naquele montante relativamente ao ano anterior e se tinha havido alguma redução na prestação de serviços ao Município por parte da CIMAL. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que não houve redução dos serviços e que não tinha presente o montante relativo ao ano anterior. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, tendo a mesma sido **aprovada, por maioria**, com vinte e seis votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Manuel Guerreiro Neves, Nuno Miguel da Silva Francisco, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Joaquim Maria, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, cinco dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Alberto Manuel Sousa Dias de Brito e Francisco Maria Carrajola de Sousa, dois dos eleitos do PSD, senhores Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, e um do eleito do BE, senhor Francisco José Alves de Barbosa Castro Roque. -----  
Uma abstenção do Senhor José Joaquim Pinheiro, eleito do PS.” -----

-----  
**--- h) Imputação ao Município das despesas com pessoal da Associação dos Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente (AMAGRA);**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar a imputação, da parte correspondente ao Município de Santiago do Cacém, das despesas com pessoal da AMAGRA para o ano 2013, no montante de 5.665,46€, equivalente a um sétimo do total, de acordo com as deliberações dos órgãos da AMAGRA. -----

**FUNDAMENTOS:** Nos termos da alínea h) do n.º1 do artigo 7º dos Estatutos da AMAGRA.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta a discussão. -----  
Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**” -----

-----  
**--- i) Imputação ao Município das despesas com pessoal da Associação dos Municípios da Região de Setúbal (AMRS);**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar a imputação, da parte correspondente ao Município de Santiago do Cacém, das despesas com pessoal da AMRS para o ano 2013, no montante de 840,34€ (0.28%), de acordo com as deliberações dos órgãos da AMRS. -----

**FUNDAMENTOS:** Nos termos da alínea f) do n.º1 do artigo 8º dos Estatutos da AMRS.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta a discussão. -----  
Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**” -----

-----  
**4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a “Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de fevereiro e março de 2013”, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número onze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

**COMEMORAÇÕES DO 39º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL – HASTEAR DA BANDEIRA NA SEDE DO MUNICÍPIO**-----

O Senhor Presidente deu conhecimento de que será o Senhor Vereador José Rosado a representar o Executivo Municipal naquele ato, convidando a Assembleia Municipal a se fazer representar no mesmo.-----

A Senhora Presidente colocou o assunto à Assembleia, ficando a Senhora Presidente de a representar naquele ato. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal fez ainda referência ao convite entregue a todos os eleitos para a inauguração das obras de regeneração do Parque Central de Vila Nova de Santo André que terá lugar no dia 25 de Abril de 2013.-----

**CUIDADOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO – PEDIDO DE REUNIÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE LOCAL DE SAÚDE, EPE**

A Senhora Presidente deu conhecimento de que já tinha sido feito o pedido de reunião à ULS, mas não havia ainda resposta.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário a relação, em minuta, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata.-----

Após a leitura foi a mesma colocada a discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da Palavra, pelo que a Senhora Presidente colocou, de imediato, a proposta a votação.-----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, eram vinte e duas horas quarenta e cinco minutos.-----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_